



100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO, A MAIOR GUERRA CAMPONESA NA AMÉRICA DO SUL (1912/2012): UMA ANÁLISE DOS EFEITOS SOBRE O TERRITÓRIO SUL-BRASILEIRO

Nilson Cesar Fraga

Geógrafo - Professor Doutor

Coordenador do Grupo: Geografia(s) Territorial(is) Paranaense(s) – GTPs/DGEO/UEL
Coordenador do Grupo: Geografia Política, Território, Poder e Conflito – GPTPC/DGEO/UEL
Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Geociências – DGEO/UEL
Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado – PPGG – UEL
Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado – PPGEO/ UFPR
nilsoncesarfraga@hotmail.com

Vanessa Maria Ludka

Doutoranda em Geografia- UFPR – Bolsista Reuni

Mestre em Geografia - UFPR

Licenciada em Geografia e Turismóloga

Grupo de Pesquisa: Geografia(s) Territorial(is) Paranaense(s) – GTPs/DGEO/UEL
Grupo de Pesquisa: Geografia Política, Território, Poder e Conflito – GPTPC/DGEO/UEL
vanessaludka@gmail.com

Resumo

Nos 100 anos do início da maior Guerra Civil Camponesa brasileira, se faz necessário entender os altos índices de miséria na região onde ela aconteceu. Tal assertiva se baseia e são visíveis por meio dos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e que revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresenta baixos índices de qualidade de vida se comparado com outras regiões de Santa Catarina e do Paraná. 100 anos depois, as políticas dos estados em questão não conseguiram incorporar socioeconomicamente a região da Guerra do Contestado, pois há um misto de incompetência dos dois estados e, inclusive, do Governo Federal no que se refere às políticas públicas de inserção dos municípios que compõem a região. Esta pesquisa discute os poderes exercidos pelos mais diversos segmentos sociais que envolvem as relações socio-político-ambientais no contexto da Guerra do Contestado, considerando que a mesma aconteceu numa região estabelecida entre os poderes políticos curitibanos e florianopolitanos, sendo que o primeiro tem maior interferência na análise, em virtude de uma possível rede comercial na época da guerra. Para entender isso, procedeu-se a recuperação de informações atinentes a referida guerra sobre os municípios que compõem a região do Contestado, por meio de uma análise da formação socioespacial secular e o próprio crescimento urbano. Tais fatos são evidenciados

pelos elementos propostos para as reflexões acerca de uma abordagem histórica sobre os acontecimentos da primeira década do século XX. Em síntese a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, isso não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território, no acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não-brancos - a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis de fazendas, latifundiários, da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas.

Palavras chave: Contestado Guerra, Miséria, Território e do Sul do Brasil.

Abstract

100 years from the beginning of the greatest Brazilian Peasant Civil War, it's necessary to understand the high numbers of misery in the region that it happened. This affirmation is based and visible through the public data from federal and state institutions that design a “regional portrait”, which reveals that both urban and rural population show a low number in the life quality comparing to other regions of Santa Catarina and Paraná. One hundred years after the State politics in case, it didn't manage to incorporate socio-economically, the region of the Contestado War, because there's a mix of incompetence of both states, including the federal government about the public politics of the cities insertion that makes part of the region. This research discusses the power established by several social segments that involve the social, politics and environmental connections in the context of the Contestado War, considering that it happened in an established region between political power of Curitiba and Florianópolis, considering that the first one has more interference in the analysis due to a possible commercial chain at the war period. To comprehend it, it was done an information recuperation about the war referred, involving the cities that make part of the Contestado War, due to an analysis of the secular socio-spatial formation and the urban growing. These facts are highlighted by the proposed elements to the reflections around the historical approach about the facts of the first decade of the 20th Century. Summarizing, the Contestado region is considered as a “big bag” of misery in Santa Catarina, and this is not different in the part belonged to Paraná State after the territory “partition” in the agreement of 1916 that “put an end” in a genocidal war of not-white poor people – the Contestado War. The war was a curse, killed thousands of peasant lives by wad interests and from the farm “coronéis”, landowners from that period, one hundred years after its beginning, a cursed territory marked by the inefficient public politics, corrupted and small groups interests which lead the region in all scales.

Key-words: Contestado War, Territory, Misery, South of Brazil.

Passados 100 anos do início da maior Guerra Civil Camponesa brasileira, como entender os altos índices de miséria na região onde se teve o desenrolar dela? Tal assertiva se baseia e é visível por meio dos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e que revelam, que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida se comparado com outras regiões desenvolvidas de Santa Catarina e do Paraná. É notório que essa região já estava abaixo dos padrões de

desenvolvimento regional quando da época da Guerra do Contestado, mas 100 anos depois, passando por todos os processos de desenvolvimento observados nos Estados em tela, ela não conseguiu acompanhar o padrão de riqueza das demais regiões. Este subdesenvolvimento teria origem no desenrolar da Guerra do Contestado ou estaria associado a concentração histórica da riqueza nas mãos de pequenos grupos e de famílias influentes, como os coronéis da terra do passado ou os empresários da indústria madeireira e ervateira das cidades que compõem essa região geográfica na atualidade? Quem são os miseráveis desta região: os que descendem do caboclo originário daquela terra ou os que descendem de grupos europeus que chegam depois?

100 anos depois as políticas públicas catarinenses não conseguiram incorporar socioeconomicamente o Planalto Norte Catarinense: Seria fruto da influência curitibana ou da distância geográfica que separa essa região de Florianópolis? A relação território-rede marcada pelo distanciamento de uma capital e a proximidade de outra explica “o abandono” infraestruturalmente regional? A questão território-cultural e econômico explica o subdesenvolvimento da região do planalto norte catarinense?

Para uma melhor compreensão da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX e que foi definidora dos territórios atuais de SC e do PR, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, apoiou-se teoricamente em Fraga (2005, 2006, 2009, 2010 e 2011) para o autor uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. Esses elementos são os responsáveis pela atual formação territorial das cidades envolvidas no conflito.

No que se refere o processo de ocupação regional, se faz importante mencionar que, a referida região marcada pelos conflitos de 1912-1916, ainda são trabalhados como “sertão inculto”. Lobato Corrêa (1997) menciona que “do RS, SC e PR vieram foragidos da justiça, que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num ‘perfeito valhacouto de bandido’.

Introduzindo conceitualmente: as interconexões no(s) território(s)

No que concerne às redes e aos territórios, como possibilidade metodológica de análise de uma dada realidade, buscou-se em Milton Santos¹ a interconexão dos seres humanos, com suas firmas, instituições, meio ambiente natural e infraestruturas como elementos do espaço. Dessa forma, o autor afirma que:

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1985, p. 6).

Sob tal perspectiva, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais” (SANTOS, 1985, p. 16). No que tange ao espaço sobre a dinâmica das políticas públicas, pode-se dizer que ele é a força da produção, apenas um

produto instrumental do Estado, pois fornece a estrutura espacial para o exercício do seu poder, como se verifica em Gottdiener (1997), quando ainda possibilita pensar no desenvolvimento socioespacial enquanto produto da ação dos setores privados como do próprio estado.² É sob tal concepção de ligações possíveis que na Geografia o uso do termo redes geográficas foi utilizado historicamente, mas especialmente para a designação de redes urbanas, muito influenciadas pela Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, elaborada em 1933. Na atualidade já se discutem diversos tipos de redes numa perspectiva não positivista.³

No que se refere ao entendimento da rede de hierarquias, sobretudo numa rede de lugares de distribuição viária, não abrindo mão da existência de crescentes e diversificados conjuntos de usos para o conceito, o sentido empregado para pensar as variantes de entendimento da Região do Contestado e, principalmente, a linha da divisa⁴, sob uma perspectiva geográfica, para melhor compreender a dinâmica das relações dos conjuntos de atividades que formam o território em questão, a rede pode ser apreendida como uma forma de organização socioespacial pela sua expressão, tendo em vista a condição de racionalidade técnica, econômica informacional e normativa, sem abrir mão da conectividade sociopolítica e cultural construída ao longo da história regional.⁵

A abordagem analítica da complexidade envolvendo rede, território e organização se faz importante na medida em que possibilita o entendimento da organização espacial, quando da distribuição de bens, principalmente no período entre os anos marcados pelo conflito armado do Contestado e na atualidade das relações socioeconômica e política sobre a linha da divisa interestadual. Porém, não se desconsidera que tais caminhos que formam a rede de sistemas viários no Contestado possuem, inclusive, traçado anterior ao tropeirismo, pois anteriormente havia o lendário Peabiru e outros em que não vêm ao caso o aprofundamento neste momento.

Acredita-se que a rede envolvente do Contestado é marcada por um sistema comercial de privilégios que ultrapassa a compra da erva-mate coletada no interior da região contestada, mas que é a base de um mundo vivido de relações⁶, que se mantém até o século XXI, mantendo-se o Contestado unido a uma rede de múltiplos e complexos interesses entre os dois estados em questão.

Tal rede poderia ser sistematicamente marcada pela criatividade social de relações, tanto no período da guerra como nos dias atuais. As estratégias desse processo histórico podem ser analisadas por intermédio de leituras, tais como Villasante (2002)⁷ e a não percepção da mesma, ou seja, o obliterar das marcas sobre o mundo vivido no passado e no presente, de Trivinho (1998)⁸, cujo conjunto de trabalhos permite aprofundar as redes e o mundo socialmente vivido – aqui mais as redes social e cultural das relações em sociedade do que a dos fluxos de mercadorias por caminhos diversos.

Não existe a possibilidade de uma análise puramente marcada por uma abordagem clássica de rede de interconexões física, política e de infraestrutura, pois no Contestado a rede se dá, acima de tudo, pela dinâmica social da construção histórica daquele espaço enquanto territorialidade. Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que já haviam conquistado por ocupação e usufruto a terra.

Essa questão não se faz simples; pelo contrário, tem demandado enorme esforço de cientistas sociais e antropólogos para identificá-la e compreendê-la nas suas singularidades históricas. No conjunto de estudos de grupos sociais urbanos, envolvendo minorias e poder, Rolnik (1989) apresenta a perspectiva da história urbana como o que se tem hoje na Região do Contestado e seus remanescentes caboclos, a existência de territórios nas periferias das cidades e as diversas redes de sociabilidade entre esses grupos e as violências que ressitua os problemas enfrentados, em que, sem dúvidas, fortalecem vínculos e instituem práticas que instauram uma certa segurança necessária.⁹

Sobre a complexidade exposta e considerando o fato de se estar analisando as redes viárias do Contestado, não se pode perder a perspectiva da amplitude da rede em si, pois a urbana é fruto do caminhar científico na construção de seus conceitos para um foco da mesma – no caso em estudo, a viária que intimamente se liga com a viária e outras que não podem ser excluídas. Nesse sentido, Lobato Corrêa (2004, p. 66) esclarece que:

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é que se espera que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas. Há uma variedade de redes e uma conexão com diversos tipos de sociedades pode ser estabelecida por via do conceito de formação espacial, conforme de modo técnico (...).

Em conformidade com a perspectiva dada por Lobato Corrêa (2004), antes de se analisarem as três redes históricas da Região do Contestado (tropeira, ferroviária e rodoviária), faz-se necessário ainda caracterizar a funcionalidade da rede no conjunto da sua estrutura, considerando as análises procedidas.

Seguindo tal lógica de análise, a Região do Contestado se estabelecerá como centro de suas próprias redes, quando verificadas a hierarquia e a espacialização produtiva, como no caso de Caçador e sua indústria madeireira, seguida de produção de tomates para abastecimento do Centro-Sul; Três Barras, sede de importante indústria de beneficiamento de madeira produzida por meio do *plantation* de pinus que atinge a escala regional; Canoinhas, caracterizada no processo madeireiro e na erva-mate, entre outros, são exemplos. Estas se caracterizam por funções especializadas na produção, revelando uma rede urbana que não segue basicamente os modelos christallerianos, que dão privilégios às hierarquias urbanas.¹⁰ Aqui se remonta a discussão teórica inicialmente feita sobre as escalas das redes, quando se verificou que o Contestado tanto – e sempre – esteve na escala global como territorial/nacional quanto como na local – a sua rede.

Sobre tal argumentação, Lobato Corrêa (2004, p. 75-76) esclarece que pequenas cidades se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias, diferentes em termos demográficos, produtivos e de renda. Foram as transformações no campo que alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais ao longo dos caminhos dos quais evoluíram. O autor menciona que o “estudo das pequenas cidades é, em realidade, de fundamental importância para a compreensão do urbano em seu escalão inferior. Nesses estudos, outros tipos de pequenos centros aparecerão”¹¹

As argumentações sobre redes anteriormente apresentadas contrapõem, em parte considerável, o debate contemporâneo sobre elas, pois para a Região do Contestado se busca caracterizar a existência do poder dos estados envolvidos no enfraquecimento das relações regionais postas

na linha da divisa – fato que se discutirá mais adiante, neste trabalho –, mas na concepção de Castells (1999, p. 497), “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de existência, poder, cultura”¹², visão que não pode ser aceita integralmente na análise envolvendo o objeto dessa pesquisa, pois o poder é o elemento marcante na Linha Wenceslau Braz, e a concepção disseminada nos estudos de rede de Castells, no Brasil, esvazia o debate político das diferenciações regionais.

A Região do Contestado é marcada, principalmente, por uma dinâmica histórica de formação e, ao mesmo tempo, possui claramente uma linha que a divide, a mencionada.

Um dos argumentos possíveis para questionar-se a uniformização da leitura da rede pura e simplesmente se dá na lógica do próprio território. Nesse caso, Andrade (1995, p. 19) esclarece que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Mantendo o olhar sobre a perspectiva do território por meio de (ANDRADE, 1995), a formação de um território se dá com as pessoas que nele vivem uma consciência de participação e pertencimento, promovendo o sentido da territorialidade.

O próprio ritmo de penetração, ocupação e territorialização (num contexto geral) é marcado por inovações e avanços na área da engenharia e comunicações de forma geral. O século XIX foi o período caracterizado pela consolidação e sistematização de inovações que influenciaram a organização do espaço por meio de investimento de infraestrutura, iniciado basicamente pelas linhas férreas diminuidoras do tempo e do próprio espaço, na medida em que fez aumentar a velocidade da circulação de bens, mercadorias, informações e pessoas.

Na própria lógica da análise do território, faz-se necessária discussão de região, na medida em que a rede em si parte de uma dinâmica regional. Nesse sentido, Rochefort (1998) busca estabelecer, na relação do homem no espaço, as formas de organização com critérios de delimitação, numa noção de homogeneidade para a definição de região. Assim, Rochefort (1998, p. 61-62) menciona que:

(...) em certas partes do espaço de um país são ainda as condições do meio físico que marcam mais nitidamente o conjunto da paisagem e, por consequência, delimitam a região (...) é quase sempre uma combinação dos fatores topográficos, climáticos e biogeográficos que permitiria definir um conjunto homogêneo do ponto de vista das condições naturais. Às vezes ao contrário, é toda a história da influência progressiva do homem sobre o espaço (modo de recorte do espaço agrícola em função das formas de apropriação, modo de desenvolvimento do habitat rural ou urbano) que constitui o fator principal de unidade da paisagem numa certa porção do espaço: trata-se então de região histórica (...).

Geralmente essas marcas são proporcionadas pelas condições espaciais e temporais, fato que contraria muitos autores que negam o espaço devido ao encurtamento das distâncias e consequente perda de valor estratégico da localização geográfica. No que tange à organização, a intensificação da circulação que interage com as novas formas organizacionais de produção

imprime simultaneamente desordem e ordem sob uma perspectiva geográfica de análise (FRAGA, 2007).

Santos (2000), pensando numa perspectiva geográfica, comenta que o termo emerge como aceleração contemporânea, determinante na forma de olhar uma dada realidade que vai da análise tradicional da região à análise da rede. Já para Moreira (1996, p. 1), a região é um olhar sobre o espaço lento, enquanto a rede vem a ser o olhar sobre o espaço móvel e integrado, e conclui dizendo que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens, hoje, é a rede.

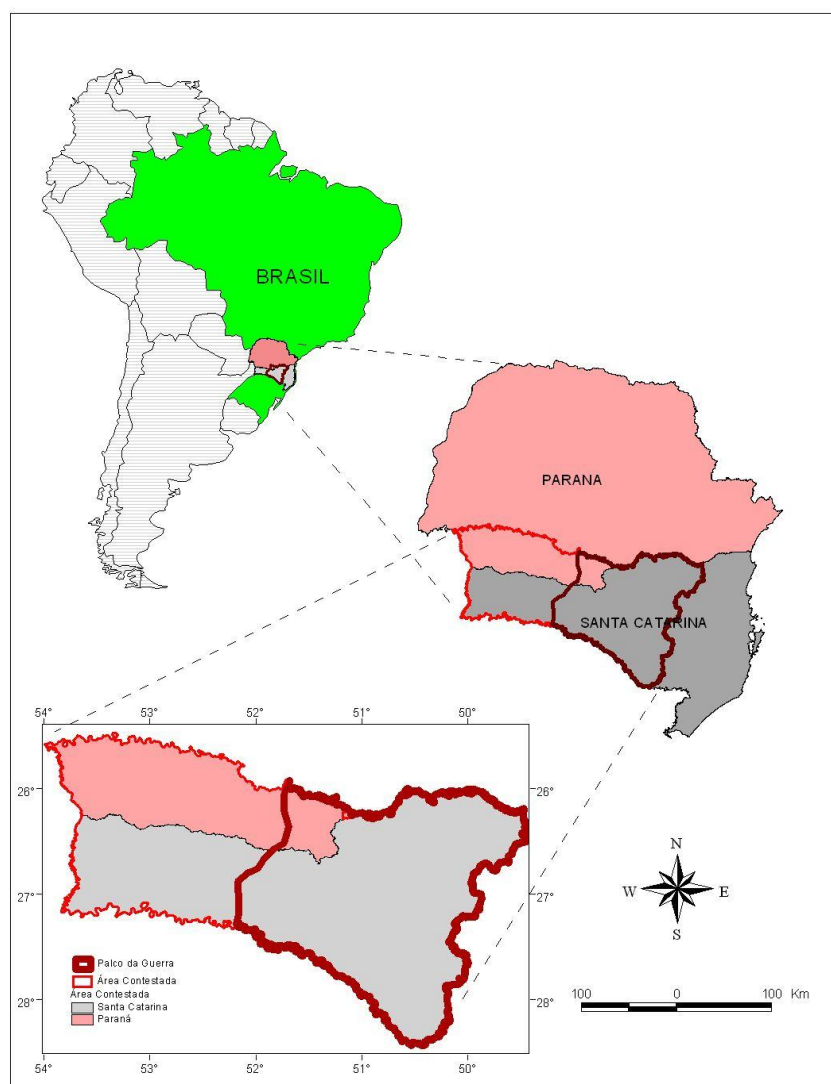
No que tange à perspectiva materialista do território, encarando-o como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico e não apenas um instrumento de análise, no sentido epistemológico, deve-se considerar que isso não é um contrassenso, quando pensado enquanto “concepção idealista de território”, em função da carga de materialidade que nele parece estar “naturalmente” incorporada. Rogério Haesbaert (2004, p. 42) comenta que, mesmo entre geógrafos, se encontram aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico. Isso se deve ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação ligada ao espaço físico, à terra (HAESBAERT, 2004, p. 43).

O território secular do contestado: interconexões em redes territoriais

Considerando a rede sobre o território, uma estrutura de interconexões e interações, conforme visualizado entre as correntes mencionadas passa-se à abordagem analítica das três redes envolventes historicamente na Região do Contestado, como espaço periférico, porém não desprovido historicamente de intervenções públicas, na temporalidade delas: antes, durante e depois da Guerra do Contestado. O mapa 1 permite visualizar o território em questão.

No estudo sobre as mudanças e permanências na rede viária do Contestado, chega-se a uma abrangente leitura analítica sobre a formação territorial do Sul do Brasil, por meio do entendimento de que o espaço possui uma relatividade semelhante ao tempo. No espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local.

No que tange aos resultados esperados ou objetivados, a rede é a permanência mais evidente na Região do Contestado. A rede tropeira ainda é percorrida quando se adentra o interior regional, muitas vezes coberta pelo asfalto, como na BR-280, na BR-116 e na SC-302 ou pelos caminhos que interligam pequenas comunidades, que são os mesmos utilizados pela dinâmica tropeira, que ligava e unia as pessoas e escoava sua produção nos séculos XVIII, XIX e início do XX. A rede ferroviária, desde implantada, permanece a mesma, com insignificantes modificações, a maioria representada pela mudança administrativa – da Rede Ferroviária Federal S. A. passando para a América Latina Logística – ALL.



Fonte: IBGE, Carta do Brasil ao Milionésimo o, meio digital, 2003.
 QUEIROZ, M.V., 1981.

Organizado por Nogaroli, M.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

ÁREA CONTESTADA

PALCO DA GUERRA

Mapa 1

As investigações demonstraram historicamente que a região viveu todos os processos de consolidação territorial portuguesa, formando-se e participando do complexo processo. Após e durante todo o período imperial, o Contestado viveu certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande.

O Contestado foi centro de uma rede histórica de passagem. Das tropas que iam do Rio Grande do Sul para o Sudeste, dos trens que ligavam o Sudeste ao Rio Grande do Sul chegando às rodovias que ligam o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil. Essa terra de passagem gerou as permanências históricas e as mudanças de infraestrutura.

Parte considerável dos resultados das investigações aponta para uma evolução socioeconômica mais marcante nos últimos 90 anos e permeada pelas redes de circulação de riqueza – as viárias. Porém não nega o papel importante da economia tropeira, da erva-mate, das varas de porcos que abasteciam Curitiba, Joinville, Blumenau, Lages e outras cidades e vilas da época associada aos elementos da natureza regional, no caso os campos intercalados com floresta de *araucária angustifolia* e ervais e dos faxinais como porções territoriais de produção socializada.

Sobre as mudanças observadas, cabe ressaltar que elas se deram principalmente no território, entendido como o de fluxos livres internamente, do período colonial e imperial, e o rompimento deste com a federalização republicana, que passa a mudar os rumos socioeconômicos, cobrando impostos sobre produção (mate e gado), concedendo terras, criando infraestruturas novas (ferrovias e rodovias) e delimitando as terras da Região do Contestado, com o acordo imposto em 1916.

O poder fica claramente marcado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz, que impôs uma mudança na vida regional. Neste sentido, a mudança mais clara, quando se refere apenas à Guerra do Contestado, foi a permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro e União da Vitória.

O tratado de limites de 1916 se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes de Estado de então: Wenceslau Braz (Presidente da República), Affonso Camargo (Governador do Paraná) e Felipe Schmidt (Governador de Santa Catarina). O tratado por eles assinado no Palácio do Catete é representativo do poder centralizador demonstrado nesta pesquisa, pois sua validade é questionável, quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal (FRAGA, 2006).

Este trabalho aponta para uma investigação futura, de cunho constitucional, seguindo os critérios teórico-metodológicos que nortearam a tríade de entendimento do poder, do território e da rede, na perspectiva integradora que foi discutida, para a legalidade dos limites impostos pelo poder executivo de então, passando por cima da determinação da corte máxima de Justiça da época, pois o Contestado permanece contestável no sentido legal – sendo mais uma permanência verificada.

As pesquisas permitem considerar a Região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que estabeleceram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criando nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio-Oeste ou Coração Catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina consegue se enxergar como habitante do Contestado.

Isso se deve ao fato já mencionado de a área das batalhas da Guerra do Contestado ter ficado em território catarinense, onde muitas são as marcas históricas que dão identidade à população, como as numerosas placas referenciais dos combates, fontes d'água, cruzeiros e grutas do Monge, o Banhado Grande do Irani, a Universidade do Contestado com papel

fundamental cultural de manutenção da história e cultura regional e das políticas de Estado, mais marcantes no decorrer das administrações de Esperidião Amim.

No lado paranaense, o Contestado e sua complexidade se mantiveram e se mantêm escondidos, e são pouco difundidos, na formação cultural do Estado. A Guerra do Contestado não é “trabalhada” pelo Estado como elemento cultural identificador de pertencimento, apenas em raros casos pela Secretaria de Cultura. A educação no Estado não explicita o tema como política educacional e formadora.

As investigações apontam a Região do Contestado como uma “ilha” de identidade cultural que sofreu mudanças temporais, mas que permanecem territorialmente.

As redes historicamente trabalhadas nesta pesquisa apontam para a proposição de sua manutenção e elucidação social, no intuito da manutenção da identidade cultural, que dá marca a um povo no território, diferenciando-o e fazendo-o existir no contexto de uma República Federativa de território enorme e de múltiplas e complexas culturas.

Há que se considerar ainda a necessidade de potencializar as redes históricas e mantidas sobre a Região do Contestado para a manutenção e entendimento da população no conjunto da história nacional e suas melhorias no sentido do desenvolvimento regional, propiciando geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da miséria marcante em muitos municípios do Contestado, principalmente em Timbó Grande, Calmon e Matos Costa.

O asfaltamento da SC-302, um antigo caminho tropeiro, abriu perspectivas de desenvolvimento municipal para as últimas duas citadas anteriormente, enquanto Timbó Grande se encontra no centro de um caminho tropeiro e vê a possibilidade de desenvolver-se com um acesso asfáltico à BR-116, ou mesmo à BR-280, para escoar sua produção de pinus, que também é um elemento norteador do subdesenvolvimento e miséria da sua população, que vive com o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa Catarina.

Nas cidades do Planalto e Meio-oeste catarinense, o Contestado virou nome de universidade, que passou por uma luta política de poder acabando com parte da mesma nesse início de século, assim como nome de gráfica, bares, lojas, mercearias, hotéis, pousadas etc. Placas nas rodovias informam que o viajante está no Vale do Contestado. Em Caçador, o governo municipal mantém um museu dedicado ao conflito numa réplica da estação ferroviária de madeira da cidade, sendo este o melhor e mais completo museu sobre a região e a Guerra do Contestado. Mesmo com estes elementos na paisagem regional, as memórias da guerra ainda deixam encabulados os descendentes dos rebeldes (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

Desde o fim do conflito, famílias caboclas procuram negar envolvimento nos combates. A discriminação social marcou as gerações do pós-guerra. Em Fraiburgo, município dominado politicamente e economicamente por descendentes de europeus, os caboclos estão isolados no interior. Para chegar às suas casas, é preciso percorrer estradas margeadas por grandes plantações de maçãs. A pobreza das famílias caboclas é camuflada pelos bons índices de desenvolvimento humanos registrados no município. Vivem na região onde existiu o reduto de Taquaruçu onze famílias de sobrenome Palhano. Elas mantêm culturas de subsistência e trabalham em frentes temporários nas plantações de maçãs. Ainda hoje, muitos avaliam que falar da guerra é um risco para quem necessita do local exato do antigo reduto. A construção de madeira e coberta de telhas foi construída pelo agricultor Atair Meirelles Cruz, de 65 anos, para acomodar as crianças das

famílias dos sítios da região. Lindamir, a professora, morreu de enfarte. Por ordem das autoridades de Timbó Grande, os estudantes foram transferidos para outra escola, a 20 quilômetros. Um ônibus faz o transporte. Os pais e as crianças reclamam das condições do carro e da distância e da estrada mal conservada. O espaço da antiga escolinha passou a ser utilizado pelo pastor Manoel, de Timbó Grande, que todas as quartas realizam celebrações (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

Na região da Guerra do Contestado, a infraestrutura, que deveria ser obrigação do Estado é pífia. “A falta de escolas atrapalha os sonhos das crianças do Contestado. Numa região em que a única opção de trabalho são as plantações de pinus - onde só homens são empregados -, Priscila do Nascimento, 10 anos, de Porto União, e Caroline de Paula, 7 anos, de Calmon, pretendem ser professoras. Os pais delas ganham pouco mais de um salário mínimo. Já Marcos Manoel dos Anjos, 9 anos, de Lebon Régis, quer ser delegado - influência do avô, que foi auxiliar de um delegado da cidade. O sonho deles dificilmente será realizado (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

Após a tomada e a destruição de Santa Maria, oficiais do Exército relataram ter incendiado milhares de casas e povoados "infestados" de jagunços. Num telegrama a Manoel Onofre, o capitão Leopoldo Itacoatiara de Senna, em 15 de fevereiro de 1915, afirmou que a ação de incendiar as casas era uma represália aos jagunços. "Como legítima reprezalia, fui incendiando todas as casas encontradas nessas regiões dignas, sem dúvida, de ser habitadas por homens inteligentes, laboriosos e fortes", relatou o capitão, em seu acampamento na vila de Canoinhas. Um relatório escrito por Hermínio Castelo Branco, chefe da polícia militar na Linha Norte, de 25 de abril de 1915, incluído no acervo de documentos do Contestado do Exército, admitiu o problema da falta de educação. "O meu cargo e minha função eram mais de observação e de análise do que de violência, visto tratar-se de uma zona habitada por gente sem educação e analfabeta. Eis ahi o ponto luminoso de todo o contestado - a ignorância. Uma zona regularmente habitada numa área de cerca de 30 léguas quadradas; nem uma escola, nem um livro!" Castelo Branco faz críticas à "ambição" dos governos do Paraná e de Santa Catarina pelas terras do Contestado. "Zona fértil, zona poderosa, zona exuberante, zona cheia de vida. A natureza como um chuveiro de ouro derramando sobre esta grande extensão do território nacional excita o egoísmo e ambição dos dois Estados", escreve. "A grande questão aqui no Contestado onde o Exército Nacional foi atirado como o "bode expiatório" não é da linha divisória nem do estragado. O que se discute é a herva-matte - o pinheiral - a madeira de lei, a fertilidade e a riqueza do terreno; fosse o Contestado um terreno estéril, nada havia." (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

A região outrora Contestada e que viveu quatro longos anos de Guerra Civil Camponesa vive hoje composta por grande parcela da população na pobreza e na miséria. Os plantios de pinus, principal fonte de renda da atualidade no Contestado, ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como pontos de referência dos rebeldes e seus descendentes. As estradas do Contestado continuam de terra e cascalho, inclusive as de acesso a cidades, como Frei Rogério. Às margens delas, as plantações de pinus são homogêneas, com árvores plantadas em áreas divididas em blocos, crescendo na mesma altura nos terrenos baixos, nos morros e nos pés de serras elevadas (NOSSA & JÚNIOR, 2012). A região está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, onde antes se planta a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se vê as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o pinus.

A imensa citação que segue, demonstra muito bem a situação e a perspectiva de vida e de futuro para os milhares de homens e mulheres que vivem no Contestado atual:

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de pinus

predominam, bloqueando caminhos seculares ainda do tempo dos viajantes e tropeiros, que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muarees, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba, vila da então capitania e depois província de São Paulo. Três homens trabalham numa plantação de pinus à beira da rodovia SC-302, que liga as cidades catarinenses de Caçador e Lebon Régis. O mais novo, Marcelo Vieira, de 18 anos, usa piercing e brincos nas orelhas. A camisa colorida e a calça jeans justa estão desgastadas. Marcelo é engatador de cabo, amarra as toras de madeira de cerca de 25 metros de altura em cabos de aço que vão ser puxados por um trator. "Trabalho de 8 às 6", conta, numa pausa no serviço. "Se o caboclo pegar bem, consegue tirar R\$ 800 por mês." Marcelo trabalhava na colheita de maçã e tomate em Fraiburgo, uma próspera cidade da região, juntamente com os pais Ana Clair e Ladir Vieira, netos de revoltosos do Contestado. Foi no antigo trabalho que Marcelo conheceu Rosélia, 18 anos, com quem vive numa pequena casa em Lebon Régis. "Só Deus proverá. Procuramos sempre uma vida melhor. Enquanto não achamos, nós continuamos aqui." Ele estudou até a oitava série, foi quando resolveu colocar piercing, para revolta do pai. "O velho teve de aceitar. Quando a gente quer uma coisa, não adianta os outros reclamarem", diz. Avalia que, agora, não dá mais para "virar", voltar à escola. Marcelo diz que, na região, o futebol e os bailes sertanejos são opções de diversão nos finais de semana. "Gosto de um sertanejo velho. Gosto de tudo um pouco do sertanejo. O importante é variar, dá mais gosto." Em qualquer frente de trabalho nas plantações de pinus pode haver congestionamento de memórias de guerra. Quem dirige o caminhão no serviço de Marcelo é Claudinei Cardoso dos Santos, 30 anos, neto de Vergilino, um rebelde exilado da Revolução Gaúcha de 1923, uma continuidade tardia da Revolução Federalista, que pôs em combate opositores políticos do Rio Grande do Sul. "Meu avô veio com tropa para cá", conta Claudinei. "Na viagem, se alimentava de pinhão e de farinha dada pelos colonos que encontrava", completa. "Dizia sempre que era homem da força, não falava se da paz ou da guerra." Claudinei diz que fatura R\$ 800 por mês pelo trabalho. Além de dirigir trator, ajuda a serrar a madeira em toras de 2,4 metros. "Aqui é só quebra-galho. Sou agricultor, trabalho no plantio de pêssego e uva", relata. Ele mora com o pai, Ari, agricultor em Tangará, cidade a 70 quilômetros. Geonir Martins, 46, o mais velho do grupo, é o responsável pela motosserra. Pai de quatro filhos, trabalha há dez anos no corte de pinus. O trabalho rende um salário médio de R\$ 1 mil. O filho mais velho, Wilson, de 25 anos, marca pinus - escolhe as pequenas árvores que vão ser retiradas do campo para dar espaço a espécies mais desenvolvidas - numa outra plantação. Geonir diz que uma equipe de três homens consegue derrubar até 30 árvores adultas por dia. O avô materno de Geonir, Aparício Batista, vivia num reduto rebelde no tempo da guerra do Contestado. "Ele venceu quando conseguiu escapar das balas", avalia. "Meu avô contava que escapou de uma rajada ao se esconder atrás de uma imbuia. Um amigo dele caiu morto." Ao relatar as histórias narradas pelo avô, Geonir diz que o Exército não chegava para "conversar", como descreve o capitão Figueroa em relatório. "As tropas ficavam em cima dos morros atirando, atirando. Meu Deus do céu, que sofrimento", diz o derrubador de pinus. O avô Aparício era descendente de alemães, conta o neto. Depois da guerra, Aparício tomou posse de uma propriedade de 200 alqueires. Com nove filhos, vivia do plantio de milho, arroz, feijão e batata. Antes de morrer, nos anos 1980, durante uma crise no setor da agricultura, vendeu a terra. Os filhos e netos trabalham em pequenos sítios e nos plantios de pinus e tomate (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

A região do Contestado é um Nordeste brasileiro, na sua porção mais pobre, encravado numa pseudo-europa brasileira, com níveis de pobreza muito equivalentes. As cidades onde ocorreram os mais violentos conflitos e combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos – seriam os grotões de miserabilidade planaltino catarinense e paranaense.

Dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o percentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9%. Em Timbó Grande, 39% das famílias têm renda per capita de até meio salário mínimo, segundo dados do Censo 2010. A média em Santa Catarina é de 13,21%. A desigualdade tem acompanhado o avanço da indústria de pinus no município. Desde que surgiram as plantações no território do município, no começo dos anos 1990, a disparidade entre classes aumentou. A participação dos 20% mais pobres na renda caiu de 2% em 1991 para 0,9% em 2000. A

mortalidade infantil em Timbó Grande apresenta números superiores aos registrados em média no Estado. De cada mil crianças que nascem no município, 28 morrem antes de completar um ano, de acordo com o Ministério da Saúde. Em Santa Catarina, são 12 crianças mortas para cada mil. No município de Timbó, o índice de crianças nascidas de mães adolescentes é de 37,7%, um percentual considerado elevado pelos especialistas. **Ilha da pobreza.** Pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo federal priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano as grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e do Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano (NOSSA & JÚNIOR, 2012).

Segundo os levantamentos feitos por Nossa & Júnior (2012), nos últimos doze meses, a capital catarinense, Florianópolis, com 421 mil habitantes, recebeu R\$ 224,5 milhões dos cofres de Brasília, o que representa R\$ 533 por morador. Em Timbó Grande, onde ocorreu a maior e mais violenta batalha do Contestado, cidade de 7,1 mil habitantes, o governo repassou R\$ 431 mil - R\$ 60 por pessoa, oito vezes menos que o gasto com o morador da capital. Os números foram obtidos a partir de uma comparação de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Censo 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os valores são referentes, especialmente, a repasses para projetos sociais, como o Território da Cidadania, fundos de saúde e ações de segurança pública, urbanização e melhoria de vida de crianças e jovens.

Em 2011, Timbó Grande recebeu do governo federal menos, por exemplo, que Ouro Verde. A cidadela do oeste catarinense, de 2,2 mil habitantes, ganhou seis vezes mais, R\$ 1,8 milhão, o que representa R\$ 855 por morador. A situação é melhor também em cidades do sul catarinense do mesmo porte que Timbó. Praia Grande, cidade de 7,2 mil habitantes, recebeu do governo R\$ 2,7 milhões, isto é, R\$ 379 por pessoa residente na cidade. Santa Cecília, outra cidade do Contestado, a situação ainda é pior. Com 15 mil habitantes, o município recebeu neste ano R\$ 878 mil. O governo federal gastou R\$ 55 por cada morador da cidade. Esse valor representa quase três vezes menos que o investido em outros municípios do Contestado, como Calmon e Lebon Régis - cidades que também receberam menos, em proporção, que Florianópolis. Calmon, com 3,3 mil moradores, recebeu R\$ 436 mil (R\$ 132 por pessoa) e Lebon Régis, cidade de 11 mil habitantes, R\$ 1,1 milhão (R\$ 104 por morador).

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, isso não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território, no acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não-brancos - a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas.

Concluindo: 100 anos do contestado em guerra

A Região do Contestado vive historicamente a complexidade e os paradoxos mostrados neste trabalho. Qualquer proposta que venha ser elaborada no futuro para romper o subdesenvolvimento regional necessita considerar os fatores da sua identidade cultural, dando razão e manutenção à sua existência no conjunto da União Nacional.

Passados 100 anos do início da maior Guerra Civil Camponesa brasileira, se faz necessário entender os altos índices de miséria na região onde ela aconteceu. Tal assertiva se baseia e são

visíveis por meio dos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e que revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresenta baixos índices de qualidade de vida se comparado com outras regiões de Santa Catarina e do Paraná.

100 anos depois as políticas dos estados em questão não conseguiram incorporar socioeconomicamente a região da Guerra do Contestado, pois há um misto de incompetência dos dois estados e, inclusive, do Governo Federal no que se refere às políticas públicas de inserção dos municípios que compõem a região.

Para entender isso, procedeu-se a recuperação de informações atinentes a referida guerra sobre os municípios que compõem a região do Contestado, por meio de uma análise da formação socioespacial secular e o próprio crescimento urbano. Tais fatos são evidenciados pelos elementos propostos para as reflexões acerca de uma abordagem histórica sobre os acontecimentos da primeira década do século XX.

A pesquisa em questão discutiu, também, o poder exercido pelos mais diversos segmentos sociais que envolvem as relações sócio-político-ambientais no contexto da Guerra do Contestado, considerando que a mesma aconteceu numa região estabelecida entre os poderes políticos curitibanos e florianopolitanos, sendo que o primeiro tem maior interferência na análise, em virtude de uma possível rede comercial na época da guerra.

Essa região no período conflagrado era chamada de “sertão inculto”, passou por um amplo processo de desenvolvimento econômico, transformando a área numa porção de destaque no contexto sulista; porém as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades, havendo problemas de toda ordem. Os destaques econômicos ficam evidenciados, nos dias atuais, pelos plantations de pinus e conseqüentemente uma indústria de celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados, que são, também, responsáveis por parte do grande número de miseráveis que subsistem na região.

Outros que ali penetraram tinham sido expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupados por uma população luso-brasileira.” Para analisar a relação homem/natureza, tão marcantes durante o período da contestação das terras entre PR e SC, denota-se que cada sociedade está historicamente estruturada em padrões específicos de relacionamento com o ambiente físico, e condiciona disposições espaciais das atividades produtivas ou da organização socioespacial, sem descartar as implicações sócio-político-administrativas do fenômeno guerra civil vs. sociedade civil organizada vs. Interesses políticos dominantes vs. meio físico e os reflexos sobre o espaço geográfico estabelecidos pelos elementos da guerra em si – não excluindo as diversas formas de pensar a palavra guerra.

A Guerra do Contestado é uma lição ao Brasil, um país que não a conhece, mas que poderia aprender com suas redes de solidariedade, justiça e determinação. As mesmas análises permitiram observar que a região da Guerra do Contestado, nos dois estados, se caracteriza como pobre social e infraestruturalmente, porém do lado catarinense há um número maior de cidades desenvolvidas, com razoável parque industrial e geração de emprego, inclusive com uma população relativamente maior.

Com isso pode-se afirmar, em meio a tantos problemas levantados, que o Estado catarinense foi mais competente no que concerne à integração da região a uma dinâmica socioeconômica voltada aos interesses de manutenção do território, assim como uma bem-sucedida catarinização em toda a Linha Wenceslau Braz. Mas não significa dizer que a paranização não tenha acontecido; apenas os investimentos foram menores para fazer a região se integrar à lógica da capital estadual, que está mais próxima da divisa. Enquanto Florianópolis fica em média a 300 km dos limites das ex-terras contestadas, Curitiba está a pouco mais de 100 km.

Não se abre mão de mencionar que a Guerra do Contestado se constitui como um dos momentos mais importante da formação territorial do Sul do Brasil, mesmo com forte diferenciação, se soma aos grandes movimentos revolucionários que marcaram a vida civil, política e militar, juntamente com a Guerra Civil (conhecida como Revolução Federalista), a República Catarinense (ou Juliana) e a Revolução Farroupilha, por exemplo.

Em síntese e retornando aos olhares conclusivos anteriormente tratados, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, isso não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território, no acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não-brancos - a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas.

Notas

¹ SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

² GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

³ O positivismo teve na Geografia um predomínio absoluto até a década de 1970, quando houve uma forte penetração do marxismo.

⁴ Constituem-se como os limites entre os Estado do Paraná e Santa Catarina, ficou conhecida no início do século XX como Linha Wenceslau Braz e também será usada aqui como Linha da Divisa. Não se caracteriza como elemento forte de análise, mas como marco gerador e separador dos estados que regerão as políticas estaduais a partir do fim da guerra e acordo de limites.

⁵ A concepção de rede e sua conexão na socioespacialidade na discussão estabelecida se baseia nos trabalhos de DIAS, L. C. O conceito de rede: emergência e organização. *In*: LOBATO CORRÊA, R.; CASTRO, I. E. de; e GOMES, P. C. C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162; LOBATO CORRÊA, R. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 e SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996. Mediante tal exposição à possibilidade conceitual de rede, no sentido trabalhado aqui, se caracteriza numa noção de complexos socioespaciais.

⁶ Sobre tais aspectos de abordagem, ROCHEFORT, M. Redes e Sistemas: ensaiando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998, permite maior entendimento para as análises e suas complexidades.

⁷ VILLASANTE, T. R. Redes e Alternativas: Estratégias e Estilos Criativos na Complexidade Social. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁸ TRIVINHO, E. Redes: Obliterrações no Fim do Século. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998. Importante mencionar, ainda, SCHERER-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

⁹ ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In*: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Publicação do CEAA/Faculdade Cândido Mendes, n. 17, 1989.

¹⁰ Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais

os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros é, de um lado, o alcance espacial máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo (...) (LOBATO CORRÊA, 1997, p. 41).

¹¹ LOBATO CORRÊA, R. Redes urbanas: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *In: Cidades. Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Presidente Prudente: Ed. da UNESP, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.*

¹² CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Referências

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. *In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 163-164.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPRA, F. *Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix Ltda., 1996.

CRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia Fluvial*. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar. *Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação*. Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil*. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRAGA, N. C. *Território e silêncio*. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. *In: FRAGA, N. C. (Org). Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, N. C. *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido*. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, N. C. (Org.). *Contestado, o território silenciado*. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

FRAGA, N. C. *Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira*. *In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

GOMES, P. C. C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOBATO CORRÊA, R. Redes urbanas: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: *Cidades*. Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Presidente Prudente: Ed. da UNESP, v. 1, n. 1, 2004, p. 65-78.

LOBATO CORRÊA, R. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MOREIRA, Igor. *Geografia Nova: O Espaço Mundial*. São Paulo: Ática, 1996.

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Discriminação social marca geração pós-guerra*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Embora região tenha monumentos e muitos estabelecimentos com o nome Contestado, famílias cablocas procuram negar envolvimento nos combates*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Um sonho difícil de realizar*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Falta de escolas atrapalha os sonhos das crianças do Contestado; analfabetismo já era crítica por parte dos militares*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Esquecida, região ainda vive em clima de miséria*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Um século depois, municípios do Contestado ainda têm os piores índices sociais*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Contestado, a região Nordeste de Santa Catarina*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

NOSSA, L. & JÚNIOR, C. *Nascida da crença de um monge andarilho, a região amarga índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos*. In: Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/contestado>

ROCHEFORT, M. *Redes e Sistemas: ensaiando sobre o Urbano e a Região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In: Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Publicação do CEAA/Faculdade Cândido Mendes, n. 17, 1989.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA JUNIOR, J. G. *O Que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TRIVINHO, E. *Redes: Obliterações no Fim do Século*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

